



## Azulejadores e pintores de azulejos na Lisboa pombalina (1757-1773): algumas notas a partir de escrituras de sociedade e outros registos notariais

**Rui Manuel Mesquita Mendes**

Centro de Arqueologia de Almada  
[maildoruimendes@gmail.com](mailto:maildoruimendes@gmail.com)

---

### Palavras-chave:

Azulejos; oficinas; Fabrico; Pintura

---

### Resumo:

A distinção entre azulejador e pintor de azulejos nem sempre tem sido clara na História da Arte Portuguesa e alguns investigadores têm atribuído aos pintores de azulejos o ofício de azulejador (Pereira, 1995: 123) e o de azulejador a pintores (Pereira, 1995: 124). Na senda de Virgílio Correia, os investigadores José Meco e Vítor Serrão levantaram dúvidas sobre a autoria pictoral de obras atribuídas ao azulejador Bartolomeu Antunes (Serrão, 2003: 224). Os mais recentes trabalhos de Celso Mangucci sobre Bartolomeu Antunes e Valentim de Almeida, e de Rosário Salema Carvalho sobre a pintura de azulejo no período barroco consolidaram propostas e tornaram esta distinção mais clara, mas não podemos deixar de referir o também importante contributo de Pedro Flor e Susana Varela Flor no estudo sobre os Pintores de Lisboa e a Irmandade de São Lucas.

Na segunda metade do século XVIII, época em que a actividade dos azulejadores e pintores de azulejos ainda está mal documentada e pouco estudada, a documentação notarial permite também clarificar essa distinção. Trata-se de um período em que a presença da boa pintura e do belo traço na azulejaria portuguesa começa a desvanecer com a introdução da chamada azulejaria rococó, uma azulejaria mais figurativa e vegetalista que vai progressivamente ocupando o espaço narrativo da produção joanina, adaptando-se perfeitamente às novas necessidades que a reconstrução pombalina exigia, uma decoração mais utilitária, padronizada e económica, ocasionalmente pontuada, sobretudo em fachadas, por motivos e registos de santos. Esta massificação «obriga» a uma ainda melhor organização da produção de azulejos, assistindo-se ao estabelecimento de sociedades de mestres azulejadores tendo em vista garantir um mercado controlado e uma reposta eficaz às necessidades deste, mas não são só os mestres azulejadores a organizarem-se em

sociedades, também os mestres pintores de azulejos o fazem, ainda que por algumas razões distintas.

Os três contratos de sociedade de ladrilhadores que iremos analisar, um dos quais já fora publicado por Lécio Leal, têm a particularidade de documentar o modo como a procura por estes oficiais aumentou significativamente na Lisboa do pós Terramoto, acompanhando aliás o processo de reconstrução pombalina que, como demonstrou José Augusto-França, foi lento e estendeu-se até para lá do fim do século XVIII.

Assim em 1757, em 23 de Fevereiro, cinco oficiais azulejadores: - João Nunes de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup>, João Antunes, António Francisco Vidigal, Domingos Jorge e Joaquim Gomes, todos eles mestres, fizeram-se sócios em todas as obras pertencentes ao seu ofício de azulejador, assim de empreitada, como de jornal, pelo tempo de dez anos, entrando cada um deles sócios com 100\$000. Seriam estes à data a quase totalidade dos mestres azulejadores de Lisboa (?), já que segundo Borges de Macedo, entre 1763 e 1769, existiam em Lisboa «apenas» 6 azulejadores e 4 pintores de azulejos (Macedo, 1982: 91).

Passado um ano a sociedade reduziu-se de 5 para 3 sócios, prosseguindo depois sem alterações, que se conheça, até ao ano de 1767.

A segunda sociedade foi também iniciativa de João Nunes de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup>, ajustada em 5 de Abril de 1768, desta vez por 8 oficiais azulejadores, com 5 novos elementos: António Manuel Godinho, Félix António, Manuel da Costa, Valentim Borges e Guilherme Joaquim da Silva. Entrou cada um «apenas» com 50\$000 para a sociedade que foi prevista durar seis anos, mas não chegou a durar um, extinguindo-se por quitação feita em 1 de Março de 1769, “considerando com a experiência que é difícil a sua conservação na forma que a tinha estabelecido”!

João Nunes de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup>, sobrinho de Bartolomeu Antunes, ajusta em 10 de Agosto de 1770 uma terceira sociedade de azulejadores, desta vez com 15 companheiros, sendo os novos: António da Cunha, Francisco Luís (da Silva) Pipino, Joaquim dos Santos, António Gomes, Manuel Borges Palma, Tomás de Barros, José António, Francisco da Silva e Teotónio da Costa. Esta sociedade terá durado três anos até 1773, conforme se estabelece no seu contrato.

A constituição de sociedades de oficiais azulejadores / ladrilhadores não era contudo uma novidade, Bartolomeu Antunes fez uma com o seu sobrinho João Nunes em 1747, extinta no mesmo ano (Mangucci, 1997: 429-430). Contudo se as sociedades de azulejadores já eram conhecidas da história, o mesmo não se pode dizer de sociedades de pintores de azulejos. O seu aparecimento pode estar relacionado com o aumento do risco do ofício de pintor de azulejo e a progressiva autonomização face ao do oficial azulejador.

De facto, em 16 de Dezembro de 1764, Valentim de Almeida, pintor de azulejos, ajustou com outros quatro mestres do mesmo ofício e «ocupação de pintura de azulejo», de estabelecer uma sociedade e companhia para o « tráfico e laboração de pintar azulejo e mais pertences do mesmo emprego», assinando com ele o seu filho Sebastião Inácio de Almeida, além dos pintores Bernardo José, José dos Santos Pinheiro e Joaquim de Brito, que seriam também à

época os únicos mestres oficiais pintores de azulejos de Lisboa, a julgar pela estatística coligida por Borges de Macedo, atrás referida.

Na escritura de sociedade justifica-se a sua necessidade porque “atendendo a desordem e prejuízo que experimentam na sua dita ocupação de pintura de azulejo e na liberdade de cada um em agenciar obra sujeitando-se a preços diminutos e em grave danos de seus empregos de que só se sustentam as suas casas e famílias”, estabelecem esta sociedade, de modo a “que por cada um e cada um por si conservarão os seus fregueses ladrilhadores ou outros quaisquer que possam adquirir e observando os preços que entre todos foi estabelecido e por eles determinado e pelo tempo de suas vidas”.

Mais determinam que “cada um deles sócios trabalharam onde for necessário e não pintaram mais que até um milheiro de azulejo fiado e sem que ele seja pago do seu importe e sucedendo qualquer ladrilhador ou outra pessoa freguesa de qualquer um deles sócios mudar para qualquer dos mesmos sócios estes não aceitaram a obra alguma sem que primeiro lhe seja apresentado um recibo em que se conste ter pago toda a obra que foi sendo feita”.

Esta sociedade durou cerca de quatro anos e meio entre Dezembro de 1768 e 6 de Julho de 1769, data em que se lavrou o instrumento de distrate e quitação recíproca de obrigação da mesma sociedade.

Entre os vários aspectos importantes a reter nas cláusulas da sociedade, além da existência de oficinas com ajudantes no apoio aos mestres de pintura de azulejos, confirma-se ainda a ideia que os pintores de azulejos, apesar de trabalharem na maioria das vezes para os ladrilhadores / azulejadores, mantinham algumas encomendas directas, como já notara anteriormente Celso Mangucci (1997: 430-431).

A partir de 1771, com o início da segunda fase da Produção da Real Fábrica de Louça do Rato, generaliza-se o azulejo do tipo «padrão pombalino», cuja origem poderá bem estar na produção da sociedade de 5 pintores de azulejos que a partir de 1764 e até 1769 trabalharam em conjunto para diversos clientes, quer ladrilhadores / azulejadores, quer para privados e obras reais. Um destes pintores de azulejos, Sebastião Inácio de Almeida, como sinal da sua importância no âmbito da pintura de azulejo da época, será nomeado o 2.º director da Real Fábrica de Louça do Rato (Queiroz, 1907: 58-59) quando ali se estabelece uma aula de desenho e modelação numa das dependências (Queiroz, 1907: 62).

A leitura e comparação dos termos e condições estabelecidos para os dois tipos de sociedades vem ainda consolidar alguns conceitos sobre o papel de azulejadores e pintores de azulejos no âmbito do fabrico do azulejo no século XVIII.

#### **Referências citadas no texto**

Macedo, Jorge Boges de. 1982. *Problemas de história da indústria portuguesa no século XVIII*. 2ª ed. Lisboa: Querco.

Mangucci, Celso. 1997. “A pesquisa e a análise de documentos como contributo para o estudo das olarias de Lisboa”. In *Actas das 3ªs Jornadas de Cerâmica Medieval e Pós-Medieval*.

Pereira, José Fernandes. 1995. "O Barroco do século XVII". In *História da Arte Portuguesa*, III:51–181. Lisboa: Círculo de Leitores.

Queiroz, José. 1907. *Cerâmica Portuguesa*. Lisboa: Typ. do Anuario Commercial.

Serrão, Vitor. 2003. *História da arte em Portugal: o Barroco*. Lisboa: Ed. Presença.

**Fontes manuscritas:**

Arquivo Nacional / Torre do Tombo (ANTT), 1.º Cartório Notarial de Lisboa, Ofício C; 3.º Cartório Notarial de Lisboa; 7.º Cartório Notarial de Lisboa, Ofício B; *Livros dos Distribuidor de Lisboa*.

---

**Rui Manuel Mesquita Mendes**

É investigador, licenciado em História pela Faculdade de Letras (FLUL) (2015), e em Engenharia de Produção Industrial (FCT-UNL) (1998), área onde exerce a sua actividade profissional.

Em 2007, iniciou um projecto de investigação sobre a história e património das paróquias, confrarias, igrejas e ermidas dos concelhos de Almada e Seixal, tendo por base os arquivos notariais e eclesiásticos, investigação que depois alargou à região de Lisboa e Grande Estremadura e ao estudo da casa nobre, das quintas de recreio e dos morgadios e capelas.

Colabora desde 2011 nas actividades e publicações do Centro de Arqueologia de Almada (CAA), do Centro de Documentação das Instituições Religiosas e da Família (CDIRF), dos departamentos ligados aos Bens Culturais da Igreja no Patriarcado de Lisboa (CCPL) e na Diocese de Setúbal (CDASDS), e de outros centros, no âmbito dos quais já fez 24 comunicações em conferências académicas (CHAAM, IEM, Cátedra Alberto Benveniste) e encontros locais (CAA).

Publicou 10 artigos em actas e revistas (*Anais de Almada* e *ARTIS*) incluindo estudos locais dedicados à história do património e do notariado em Almada e Seixal; às comunidades estrangeiras em Lisboa; e a transcrição do testamento do pintor Bento Coelho (1706). É também autor de dois estudos, já objecto de comunicação, sobre a fundação da Confraria dos Olivais (1372) e da Paróquia de Peniche (1516), tendo ainda disponibilizado *online* mais de 40 pequenos textos, com diversas notas de investigação histórica e artística inédita, por exemplo sobre artistas activos em Lisboa no século XVIII, ou sobre figuras ligadas a Almada, como Fernão Mendes Pinto.

Prepara este ano a publicação de um livro sobre a Caparica e de textos sobre alguns escultores activos em Lisboa no século XVIII, os pintores de corte em Portugal na segunda metade do século XVI e um sobre o tema da presente comunicação.